



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GAB. DO DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0032614-08.2005.815.2001

ORIGEM: 1ª Vara de Executivos Fiscais da Comarca da Capital
RELATOR: Miguel de Britto Lyra Filho, Juiz de Direito convocado em substituição ao Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos
APELANTE: Estado da Paraíba
PROCURADORA: Adlany Alves Xavier
APELADA: Magiakids Ltda.

PROCESSO CIVIL – Apelação cível. Prescrição intercorrente. Reconhecimento. Ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública quanto à suspensão do processo pelo prazo de um ano. Impossibilidade da contagem do prazo para a prescrição intercorrente. *Error in procedendo*. Necessidade de declaração da nulidade da sentença. Provimento.

- Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, conforme estabelece o art. 40 da Lei nº 6.830/80. Antes disso, no entanto, é necessária a intimação pessoal da Fazenda Pública, conforme determina o art. 25 da Lei nº 6.830/80, sem a qual não terá ciência de que, logo após o primeiro ano, transcorrerá, automaticamente, o prazo para prescrição quinquenal intercorrente, nos termos da Súmula nº 314 do STJ.

- Sem o procedimento, a extinção da execução fiscal caracteriza *error in procedendo*, consistente na ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública quanto à suspensão do processo, sem a qual impossível o decurso da prescrição quinquenal intercorrente.

V I S T O S, relatados e discutidos estes

autos das apelações cíveis acima identificados,

A C O R D A M, em Segunda Câmara Especializada Cível do Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba, por votação unânime, **dar provimento ao recurso apelatório**, conforme voto do Relator e da súmula de julgamento retro.

RELATÓRIO:

Trata-se de apelação cível interposta pelo **Estado da Paraíba** contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Executivos Fiscais da Comarca da Capital, que, nos autos da “Ação de Execução Fiscal”, manejada contra **Magiakids Ltda.**, teve sua pretensão fulminada pela prescrição intercorrente, decretada pelo Magistrado “a quo”.

Irresignado, o ente público apelante requereu a reforma da sentença (fls. 28/40), alegando, em síntese, inexistir prescrição intercorrente, posto que não houve a intimação pessoal da Fazenda Pública antes da suspensão do processo e arquivamento do feito.

Conclui que **“No caso em análise não houve a intimação pessoal prevista no § 1º do art. 40, nem a abertura de vistas à Fazenda Pública, o que torna a suspensão e o arquivamento sem validade, fato este que impede a contagem inicial do prazo prescricional”**. (“sic” - fl. 32).

Por fim, requer o provimento do recurso.

Sem contrarrazões.

Parecer Ministerial de fls. 48/52, sem manifestação de mérito.

É o relatório.

V O T O:

Conheço do recurso apelatório interposto, eis que próprio, tempestivo e regularmente processado.

No caso, a presente ação de execução fiscal fora ajuizada em 20 de junho de 2005, para cobrança de ICMS, multa e correção por infração, referente ao exercício de 005067200.

Não sendo localizados bens a serem penhorados, o processo foi suspenso por um ano, em 08 de outubro de 2009 (fl. 19) e, posteriormente, arquivado.

Decorrido o prazo sem que houvesse avanço na execução, o Juízo “a quo” decidiu extinguir a presente execução fiscal, com espeque no art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80.

Ocorre que a Fazenda Pública não foi devidamente intimada da decisão que determinou a suspensão processual pelo prazo de um ano, em total descumprimento à exigência legal disposta no art. 25 da referida legislação.

Veja-se:

“Art. 25 - Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.”

Portanto, há questão de ordem pública que torna nula a decisão recorrida, qual seja, o *error in procedendo*, consistente na ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública quanto à suspensão do processo, sem a qual impossível o decurso da prescrição quinquenal intercorrente.

Nesse sentido, o seguinte julgado deste egrégio Tribunal Estadual:

“PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE RECONHECIDA DE OFÍCIO PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA QUANTO À SUSPENSÃO DO PROCESSO PELO PRAZO DE UM ANO. IMPOSSIBILIDADE DA CONTAGEM DO PRAZO PARA A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ERROR IN PROCEDENDO . NECESSIDADE DE DECLARAÇÃO DA NULIDADE DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DO ART. 932, III, DO CPC/73.RECURSO PREJUDICADO. 1. Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, conforme estabelece o art. 40 da Lei nº 6.830/80. 2. Contudo, é necessária a intimação pessoal da Fazenda Pública, conforme determina o art. 25 da Lei nº 6.830/80, sem a qual não terá ciência de que, logo após o primeiro ano, transcorrerá, automaticamente, o prazo para prescrição quinquenal intercorrente, nos termos da Súmula nº 314 do STJ. 3. Assim, a extinção da execução fiscal caracteriza error in

procedendo, consistente na ausência de intimação pessoal da Fazenda Pública quanto à suspensão do processo, sem a qual impossível o decurso da prescrição quinquenal intercorrente. 4. Reconhecimento de ofício da nulidade da decisão. Aplicação do art. 932, inciso III, do CPC/2015. Recurso prejudicado. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00111807519968152001, - Não possui -, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 27-07-2016)

Tribunais Pátrios:

E, ainda, os seguintes arestos de outros

“PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. DESPESAS COM ATOS CITATÓRIOS. OFICIAL DE JUSTIÇA. RECOLHIMENTO PRÉVIO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO. RECURSO PROVIDO. (...) 3) Observada a inércia da Fazenda Pública quanto ao recolhimento de despesas com Oficial de Justiça, dar-se-á a intimação pessoal do representante judicial do ente público, em cumprimento ao que estabelecem o art. 25 da Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80) e o § 1º do art. 267 do CPC/73 para só aí, mantida a inação, extinguir-se o processo sem julgamento de mérito. 4) Recurso provido para anular a r. Sentença e determinar o prosseguimento do feito.” (TJES; APL 0004604-54.2014.8.08.0021; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. José Paulo Nogueira da Gama; Julg. 07/06/2016; DJES 15/06/2016).

“APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. MUNICÍPIO DE CONTAGEM. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUSPENSÃO NÃO REQUERIDA PELO CREDOR. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL ACERCA DA ORDEM DE ARQUIVAMENTO PROLATADA. ART. 25 DA LEF. INOBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO CREDOR PELA PARALISAÇÃO PROCESSUAL. INCÚRIA NÃO CARACTERIZADA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO. Não sendo requerida a suspensão do feito pelo próprio credor, é necessária a sua intimação acerca do arquivamento provisório da execução. Nos estritos termos do artigo 25 da LEF, a Fazenda Pública será sempre intimada na pessoa de seus procuradores. Afastada a responsabilidade do credor pela paralisação do feito, a anulação da declaração de prescrição intercorrente é medida que se impõe. Recurso provido. Sentença cassada.” (TJMG; APCV 1.0079.06.293663- /001; Relª Desª Claret de Moraes; Julg. 07/06/2016; DJEMG 17/06/2016).

Tratando-se de vício insanável, impõe-se o reconhecimento da nulidade da sentença, devendo ser acolhida a tese defendida pelo Estado da Paraíba.

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO AO APELO**, determinando o retorno dos autos ao Juízo “a quo”, a fim de assegurar a intimação pessoal da Fazenda Pública quanto à determinação de suspensão do feito, nos termos do art. 25 da Lei nº 6.830/80.

É como voto.

Presidiu a Sessão o Exmo. Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho. Participaram do julgamento, o Exmo. Dr. Miguel de Britto Lyra Filho, Juiz convocado, com jurisdição plena, em substituição ao Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos, o Exmo. Dr. Ricardo Vital de Almeida, juiz convocado, com jurisdição plena, em substituição a Exma. Desa. Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira e o Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho.

Presente ao julgamento a Exma. Dra. Lúcia de Fátima Maia de Farias, Procuradora de Justiça.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, João Pessoa, 21 de fevereiro de 2017.

Miguel de Britto Lyra Filho
Juiz de Direito Convocado - Relator